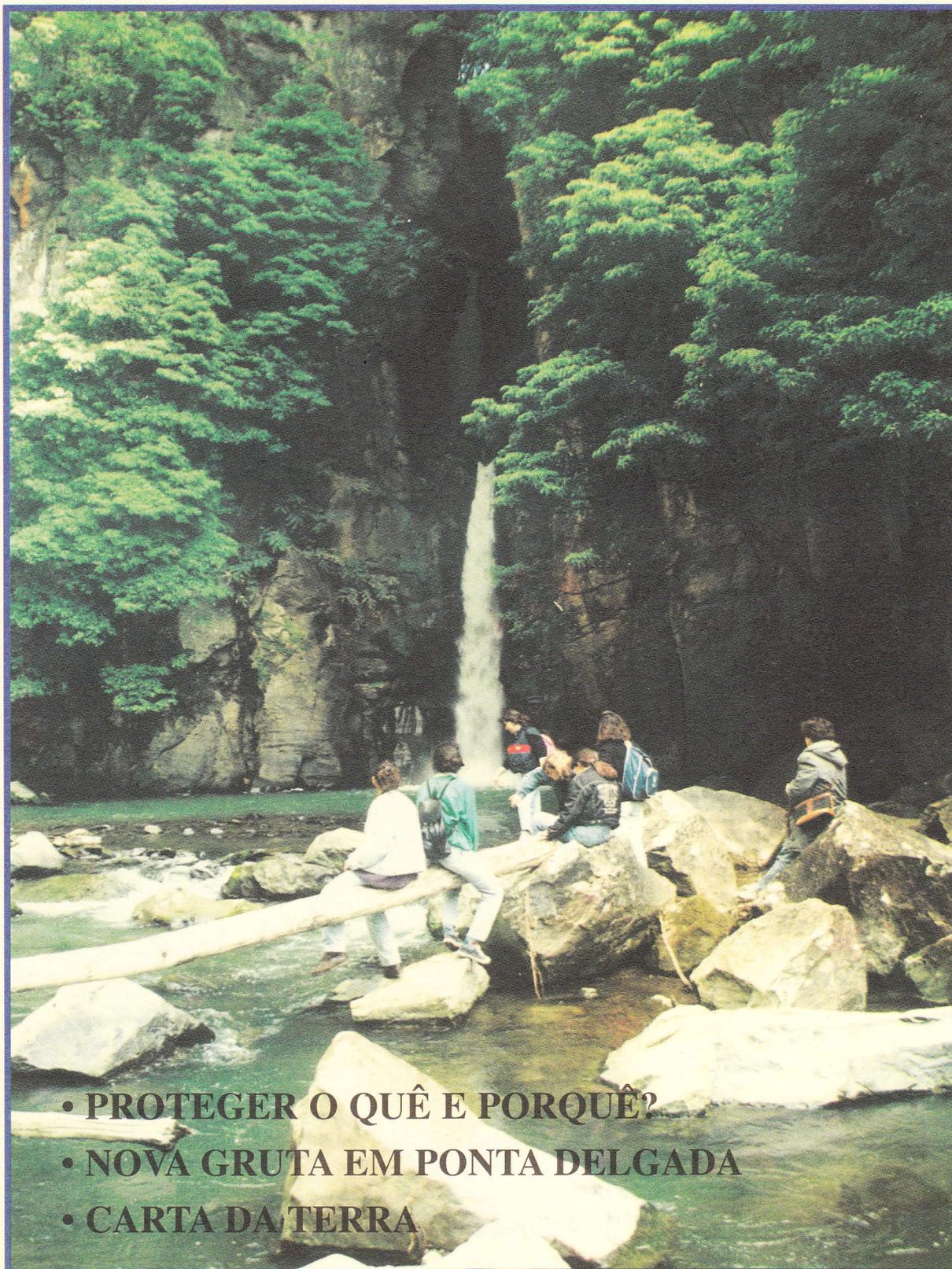


V i d â l i a

Boletim da Associação Ecológica Amigos dos Açores

nº 14

• 2000



- **PROTEGER O QUÊ E PORQUÊ?**
- **NOVA GRUTA EM PONTA DELGADA**
- **CARTA DA TERRA**

Sumário

Editorial 3

Do Presidente 4

Os Pombos 6

A Carta da Terra 9

Serra Devassa- Primeiro
Percurso Pedestre Sinalizado 13

Carta de Montanheiro 14

Amigos dos Açores
Associação de Utilidade
Pública 16

Protocolo com o Sindicato
Democrático dos Professores 17

Passeios Pedestres para 2001 17

Clube do Ambiente da Escola
Gaspar Frutuoso 18

Novos Sócios 19

Humor Verde 20

e-mail
mop88258@mail.telepac.pt

Página WEB
<http://www.terravista.pt/AguaAlto/2583>

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

João Nunes

Vice Presidente

Luís Guimarães

Secretário

Jorge Paím

Suplentes

Luís Silva

Maria do Carmo Moreira

Conselho Fiscal

Presidente

Paula Cristina Santos

Secretário

Manuela Ortega Couto

Vogal

Eduardo Santos

Suplentes

George Hayes

Norberto Carreiro

Direcção

Presidente

Teófilo Braga

Secretário

Francisco Botelho

Tesoureiro

Vasco Botelho

Vogais

Mário Furtado

Lúcia Ventura

Suplentes

Luís Botelho

Maria Antónia Guedes

Sede Social

Está instalada no edifício da Junta de Freguesia do Pico da Pedra, Avenida da Paz, 14. Ali se encontram todas as publicações editadas e uma biblioteca especializada na temática ambiental.

Os interessados poderão visitá-la todos os dias úteis das 9h às 12h e das 13h às 17h. Aconselha-se a marcação da visita.

Contacto: Carla Medeiros,
Tel./Fax 296498770

Vidália

Boletim da Associação
Ecológica Amigos dos
Açores

Distribuição gratuita entre
os associados

Os artigos são da responsabilidade dos autores e não representam obrigatoriamente a posição oficial da Associação.

É permitida a reprodução e transcrição, desde que citada a fonte e o autor

Impressão
EGA - Empresa Gráfica
Açoreana, Lda.

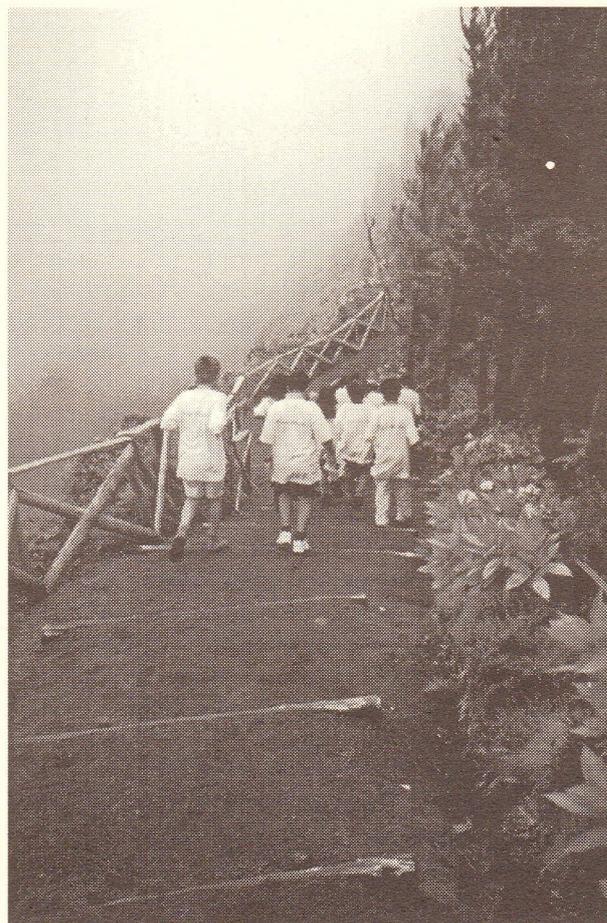
Editorial

A 21 de Junho de 2000, foi assinado pelo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores o despacho que declara de utilidade pública a “Amigos dos Açores/Associação Ecológica”. Ficou, assim, reconhecida a acção meritória, em prol dos seus associados e da comunidade em geral, desenvolvida pela nossa associação desde 1985.

O ano de 2000 foi um marcado pelo crescimento do número de associados e pelo incremento das actividades associativas. Assim, destacam-se a maior adesão às visitas de estudo/passeios pedestres com cerca de 600 participantes, as quinze visitas de estudo exclusivamente destinadas a jovens com cerca de 500 participantes e as sessões de sensibilização realizadas em estabelecimentos de ensino, em associações de jovens, no Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada e o envio de materiais de apoio solicitados pelas escolas, grupos de escuteiros e Ecoteca da Graciosa.

No ano 2000, também não foi esquecida a formação para os nossos associados. Nesse sentido, realizaram-se duas acções de formação: uma sobre Orientação, com a colaboração do Comando da Zona Militar dos Açores e da Escola Básica 3/S da Ribeira Grande e outra sobre Pedestrianismo e Percursos Pedestres, com a colaboração da Federação Portuguesa de Campismo.

No campo editorial, é digno de registo a edição de quatro novos roteiros de percursos



pedestres e de uma brochura sobre a Plataforma Costeira das Lajes do Pico, a reedição de dois roteiros que se encontravam esgotados e do livro “Lagoas e Lagoeiros da Ilha de São Miguel”.

No âmbito da Espeleologia, destacam-se a visita e a realização do primeiro levantamento fotográfico e esboço topográfico da Gruta da Nordela, bem como a descoberta da Gruta da Rua João do Rego, em Ponta Delgada, que tem sido alvo de trabalhos por parte do Grupo de Trabalho de Espeleologia.

Proteger o Quê e Porquê?

Teófilo Braga

1- O ambiente e seus problemas

Todos nós sabemos que são vários os problemas ambientais que afectam o nosso planeta. Estes podem ser agrupados em três grupos: a poluição, a sobreexploração dos recursos naturais e as ameaças globais.

a poluição

A poluição contribui para a destruição do património natural, origina problemas de saúde nas populações, faz diminuir a sua qualidade de vida e faz com que os rendimentos na agricultura e no turismo diminuam. Nos países mais industrializados, a poluição é devida sobretudo à indústria e aos transportes; nos países subdesenvolvidos a origem está nos grandes aglomerados urbanos, onde se concentram esgotos e lixos domésticos, nas indústrias altamente poluentes, que já não são aceites pelas populações dos países desenvolvidos, e no depósito de resíduos tóxicos e perigosos.

a sobreexploração dos recursos naturais

Os sistemas económicos, cujo objectivo primeiro é o lucro imediato, sobretudo nos países mais desenvolvidos, a necessidade de pagar a dívida externa e as necessidades de sobrevivência das populações, sem outras alternativas nos países subdesenvolvidos, tem levado à destruição dos seguintes recursos: a pesca, as florestas, as jazidas minerais, a água e as espécies vivas.

as ameaças globais

Em grande parte decorrentes dos dois anteriores, podemos incluir, neste grupo, as alterações climáticas, devido ao conhecido efeito de estufa, causado pelo aumento da concentração na atmosfera de dióxido de carbono e de metano, a rarefacção da camada de ozono, provocada pela produção CFC'S (clorofluorcarbonetos) e a destruição da biodiversidade.

2- Ambiente e desenvolvimento

De acordo com a Lei das Bases do Ambiente, Lei nº 11/87, de 7 de Abril, «ambiente é o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos factores económicos, sociais e culturais com efeito directo ou indirecto,

mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem».

Ainda de acordo com a Lei de Bases do Ambiente, o ambiente possui componentes naturais, como o ar, a luz, a água, o solo, subsolo, a flora e a fauna, e componentes humanos, como a paisagem, o património natural e construído e a poluição.

Se o homem pretender viver com qualidade de vida, traduzindo-se esta na situação de bem estar físico, mental e social e na satisfação e afirmação culturais, bem como em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, terá que optar por um modelo de desenvolvimento diferente do que rege as sociedades actuais, que respeite o direito que todos têm de respirar um ar limpo, de beberem água pura, de acesso a um nível de luminosidade conveniente à sua saúde, bem estar e conforto, que utilize racionalmente o solo e subsolo, a flora e a fauna. Este modelo, o do desenvolvimento sustentável, é o que permite “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias”.

O modelo de desenvolvimento sustentável foi proposto, em Abril de 1987, pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (“O Nosso Futuro Comum”), presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Brundtland. De acordo com Fernandes (1992), o relatório da referida comissão apresentou, entre outras, as seguintes conclusões:

- a necessidade da compreensão de que a humanidade existe como uma parte da natureza e deve actuar de acordo com as leis ecológicas;
- a concepção de que critérios novos, éticos e estéticos, devem ganhar peso em relação às considerações utilitaristas e economicistas;
- a compreensão da necessidade de ter em conta os efeitos a longo prazo no ambiente natural e humanizado das concepções económicas e das actividades humanas.

3-A biodiversidade, causas da sua diminuição e razões para a sua manutenção

A biodiversidade pode ser entendida como

“tudo o que é vida na Biosfera, isto é, são os milhões de organismos que a povoam, são as diversas comunidades bióticas que caracterizam os variados ecossistemas que a constituem, é, enfim a variabilidade genética das populações que formam as diferentes espécies”(Paiva, 1994). Sintetizando, o conceito de biodiversidade, pode ser sistematizado “segundo três vectores: a diversidade de ecossistemas numa dada região, a diversidade de habitats e de espécies num dado ecossistema e a diversidade genética dentro de cada espécie”(Melo e Pimenta,1993).

De acordo com Paiva(1994), desconhece-se o número de espécies de seres vivos existentes no mundo, aceitando-se que o seu número é de cerca de 30 milhões, estando apenas recenseadas cerca de 2,4 milhões de espécies. Por outro lado, calcula-se que anualmente se extingam 17 000 espécies (Wilson,1988,citado por Paiva, 1994) e que mantendo-se o ritmo actual de agressões ambientais, cerca de metade de todas as espécies terá desaparecido dentro de 50 anos (Melo e Pimenta,1994; Rosa,1994).

A redução da biodiversidade tem vindo a aumentar nas últimas centenas de anos devido à actividade humana. De acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza, são as seguintes as causas básicas para a degradação e perda da biodiversidade:

- 1- a explosão demográfica e o consequente aumento do consumo dos recursos naturais;
- 2- o número cada vez mais reduzido de produtos agrícolas e florestais devido à monocultura industrializada;
- 3- os sistemas económicos e políticos que não apresentam preocupações ambientais;
- 4- a desigual distribuição da propriedade com reflexos na gestão, utilização e conservação dos recursos biológicos;
- 5- a incúria, a falta de conhecimentos e a má utilização destes;
- 6- os sistemas jurídicos e institucionais que promovem uma exploração insustentável dos recursos naturais;

Tendo em consideração que a conservação da biodiversidade não se deve reduzir à sobrevivência de uma qualquer espécie individualmente, mas sim à defesa dos ecossistemas suporte da vida, são, no dizer de Rosa(1994) cinco os argumentos a favor da manutenção da biodiversidade: estético, ecológico, científico, económico e ético. Vejamos cada um deles:

Argumento estético- embora haja muita subjectividade, não será quase consensual que



para a maioria das pessoas um mundo com milhões de espécies de seres vivos, com cada indivíduo diferente dos restantes e enorme variedade de ecossistemas é preferível a um mundo totalmente humanizado e com uma biodiversidade muito reduzida?

Argumento ecológico- sabe-se que a biodiversidade é uma medida da saúde de um ecossistema, já que representa um factor essencial do seu equilíbrio e resistência a alterações quer naturais, quer provocadas pelo homem. Isto é, quanto maior a biodiversidade maior a capacidade do ecossistema para atingir novos equilíbrios.

Argumento científico- as espécies e os ecossistemas encerram um conjunto de informações de carácter ecológico, biogeográfico, genético que por si só justificaria a manutenção da biodiversidade.

Argumento económico- são diversos os bens que a humanidade obtém a partir dos seres vivos: os alimentos, os medicamentos, os combustíveis, as matérias primas para diversas indústrias, etc. A biodiversidade é ainda economicamente importante por potenciar o eco-turismo. “Quem quereria visitar a Amazónia se a mesma se tornasse num imenso campo de pastagens?”

Argumento ético- a biodiversidade é resultado de uma evolução de milhões de anos, para a qual o homem nem contribuiu nem é capaz de reproduzir. Assim, não é eticamente aceitável que destrua um valor único e precioso, para que os vindouros possam também usufruí-lo.

BIBLIOGRAFIA

- FERNANDES, J., (1992), “Educação Ambiental para um Desenvolvimento Global”, **Dirigir**, nº 22, pp 9-13.
- MELO, J., PIMENTA, C., (1993), **Ecologia e Ambiente**, Lisboa, Difusão Cultural.
- PAIVA, J., (1994), “A importância da diversidade biológica”, **Iniciativa**, nº especial, pp 65- 71.
- ROSA, H., (1994), “Biodiversidade: Porquê conservá-la?” **Iniciativa**, nº especial, pp 65- 71.

Os Pombos

Gilberto Cardoso

Quando falamos de pombo, nos Açores, temos que ter em conta que existem, hoje em dia, duas espécies. Uma terceira, já extinta, foi documentada por Gaspar Frutuoso.

O **Pombo Torcaz** (*Colomba palumbus azorica*) é citado em todas as ilhas, excepto no Corvo, apesar de ter existido nas Flores. Já Gaspar Frutuoso, no Livro VI Capít. 47, acerca da ilha das Flores dizia “*Tem muitos coelhos, pombas e pombos torcazes, e os passaros que ha nas mais ilhas*”.

Esta espécie era muito mais abundante, na altura, em particular nas ilhas que sofreram muita desarboreização como Graciosa ou Santa Maria. A caça também veio fazer baixar os efectivos desta ave.

Só em 1905 é que esta ave foi considerada como uma subespécie pelo Dr. Hartert. As diferenças que o levaram a tal foram as cores mais vivas da espécie açoriana, no peito, e as mais escuras da cabeça e das asas. O comprimento destas também se revela mais pequena, cerca de um centímetro.

Apesar de já ter sido visto em povoações e mesmo cidades, o pombo torcaz tornou-se bastante raro, sendo, no entanto, atribuído o seu desaparecimento mais ao aspecto furtivo desta ave do que à caça de que foi alvo. De facto, várias observações levaram os ornitólogos a considerar a presença desta ave, na ilha de S. Miguel, como preponderante no Nordeste, rarefazendo-se para Oeste até se tornar quase inexistente na área das Sete Cidades. Apesar disso, observações recentes, e não menos aprofundadas, assinalaram espécimes em toda a ilha.

Muito pouco se tem publicado sobre os hábitos e comportamentos desta ave. Sabe-se que nidifica em arbustos ou árvores densas, pondo dois ovos brancos com cerca de 38 a 43 mm de comprimento e tem-se por assumido que tanto o seu período de incubação como os



procedimentos de alimentação das crias devem corresponder às espécies observadas no continente, já que são fortemente aparentadas.

O **Pombo da Rocha** ou **Pombo Bravo** (*Columba livia atlantis*) está presente em todas as ilhas, nidificando em arribas, ilhéus costeiros, em falésias no interior ou em grutas.

Comparada com espécies continentais, esta apresenta-se com uma plumagem bastante mais escura, chegando a ter as costas e as asas com cores acastanhadas, em vez de cinzento claro. De cinzento tem o peito e uma coroa, um pouco mais escura, encimando uma mancha púrpura na face. Chega a ter reflexos metálicos nas penas da nuca e do dorso e um avermelhado na crista, mas, em geral e à primeira vista, as cores variam dentro de tons escuros, castanhos e cinzentos.

A grande diferença que pode ser encontrada entre a espécie *C. l. atlantis* e as restantes de áreas continentais é a ausência de barras alares, sendo a asa de cor uniforme.

Hoje em dia, este espécime, apesar de bastante presente em todo o arquipélago, tem sido difícil de observar, muito mais devido a hibridagens que se deram com espécies domesticadas do que à sua rarefacção provocada pela caça ou alteração do seu habitat.

Para encontrar um exemplar que corresponda à descrição acima, devemos-nos afastar

das cidades ou localidades e procurar em áreas desabitadas, o que se revela difícil devido ao habitat desta ave estar ligado, como o seu nome indica, a locais em que possa encontrar rochas e cavernas. Alguns desses locais estão situados em arribas, junto ao mar, por vezes muito perto da principal actividade humana do arquipélago, a pesca, e, logo, dos portos. Se isso facilita a sua observação, também possibilita uma maior mesclagem de espécies selvagens com domésticas.

Dos seus hábitos de nidificação pouco há para dizer. Os seus ninhos são bastante inacessíveis, dado serem construídos, como acima referido, em arribas ou encostas íngremes, em cavernas ou buracos pouco profundos. Põe quase sempre dois ovos, chegando a haver uma segunda postura de mais dois, num ninho grosseiro feito de pedaços de diferentes vegetais secos. O tamanho dos ovos não difere muito dos do Pombo Torcaz, não chegando, todavia, a ultrapassar os 40 mm.

No Livro IV, Capít. 39, descrevendo a ilha de São Miguel, Frutuoso aborda as regiões da Povoação à Ribeira Seca, caracterizando bem os pombos acima descritos, bem como a terceira espécie, já desaparecida, o Pombo Preto: “... *nem os pombos torquazes, quase soberbos e briosos com este nome, que alcançaram do nome Torques em latim, que em linguagem quer dizer colar, e eles são como azuis, que tiram a cinzentos e têm um colar branco pelo pescoço, antre as penas douradas, e por serem assim acolarados se chamam torquazes, por terem os torques ou colar ao pescoço; pelo que, com seu brio, estes azuis são piores de tomar e têm mais resguardado em si que os pombos pretos que, como tolos, com laços que à mão tente lhe deitam no pescoço, se deixam tomar facilmente.*”

Esta referência ao **Pombo negro** remete-nos para uma outra espécie: o **Pombo da serra**. É muitas vezes considerada, essa alusão, como um erro do autor, no entanto, o seu conhecimento profundo das espécies animais leva muitos estudiosos a aceitar a existência da dita ave.

Para além disso, Frutuoso continua, no capítulo LV do Livro IV, a referir o Pombo da serra e o modo como ele se deixava apanhar à



mão: “*Posto que muitas aves vieram aqui de fora a esta terra, nela se acharam algumas maneiras de pombo, como naturais dela, uns pretos que chamavam de pombos da serra, que matabam as trochadas com paus e aguilhadas e com lanças, nos paus e nas arvores, tão tolos eram (...) estes eram da terra. Outros houve cinzentos, que chamavam torcazes, que eu cuido serem naturais, mas alguns dizem que vieram depois aqui de fora, porque dantes os não havia (...). Estes sempre foram mais recatados e dificultosos de caçar e tomar. (...) Pero Gonçalves Carreiro, morador na cidade da Ponta Delgada, indo à serra, pondo uma capela de ramos verdes na cabeça, os pombos lhe vinham pousar nela, e ele tomava os que achava gordos e os magros soltava. (...) As pombas bravas também eram tantas nas rochas que não tinham conto nem preço, e quando se vendiam era quase de graça.*”

Em mais nenhuma descrição das ilhas, Gaspar Frutuoso torna a referir este pombo bravo, pelo que se julga ser específico de São Miguel. Em 1522 esta espécie tinha já desaparecido, por razões óbvias.

Gruta Vulcânica na Rua João do Rego (Ponta Delgada)

Parecer

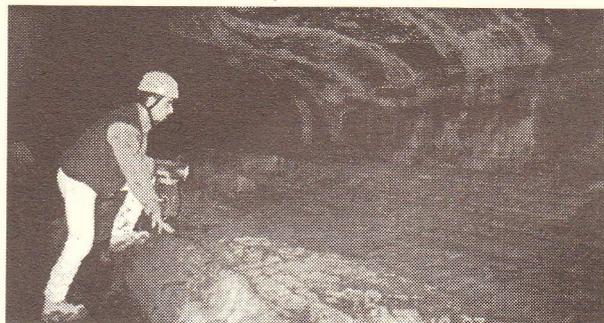
A Associação "Amigos dos Açores" elaborou o presente parecer na sequência de pedido formulado pelo Secretário Regional do Ambiente, em 26/10/2000, relativo à presença de um túnel lávico na Rua João do Rego, posto a descoberto por obras de saneamento básico efectuadas naquela artéria pelos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Após um reconhecimento geral da cavidade subterrânea em causa, efectuou-se um levantamento topográfico preliminar, o qual mostra que o túnel vulcânico possui uma extensão total de cerca de 300 metros, apresentando dois ramos principais de traçado sensivelmente paralelo. Esta cavidade subterrânea possui uma largura máxima de 13 metros, no ramo oeste e em quase toda a sua extensão é possível caminhar em pé, uma vez que a altura média do túnel é de cerca de 3 metros.

A gruta agora explorada pelos Amigos dos Açores revela-se como uma das mais interessantes da ilha de S. Miguel, com longos balcões, numerosas estalactites lávicas de fusão, pingos de lava e bolhas de gás de diversas dimensões, localizadas quer no tecto quer nas paredes da gruta. Nalguns troços observam-se, ainda, depósitos secundários de carbonato de cálcio, de cor esbranquiçada, presentes quer no solo da gruta, quer a preencher fissuras existentes na parede e tecto, apresentando-se por vezes sob a forma de estalactites com cerca de 5 a 6 cm de comprimento.

Considerando que:

- a) a gruta em causa corresponde à segunda maior gruta lávica existente na Ilha de S. Miguel, cuja configuração primitiva se encontra bem preservada, com pontuais sectores afectados por colapsos;
- b) esta gruta apresenta um vasto e rico conjunto de microestruturas (bolhas de gás, estalactites, bandadas, estrias, etc.) bem conservadas;
- c) a gruta agora descoberta parece corresponder ao troço mais meridional da Gruta do Carvão, há largos anos inacessível, cuja entrada junto à costa, foi descrita por Gaspar Frutuoso, na sua obra "Saudades da Terra" nos seguintes termos: "*Além, a pouco espaço da Fortaleza para oeste está uma ponta que se chama a Ponta dos Algarés, porque saiem ali dois com as suas bocas, por dentro dos quais se caminha grande caminho por baixo da terra, por cujo vão parece que correu ribeira de biscoito, em outro tempo, não sabido nem visto*";
- c) é necessário proceder à realização de estudos complementares de modo a se conseguir um conhecimento mais aprofundado desta cavidade subterrânea, não apenas do ponto de vista vulcanológico mas também, numa perspectiva mais abrangente.



é nosso parecer que:

- 1- devem ser tomadas medidas no sentido de evitar que todas as obras de saneamento básico previstas para esta zona venham a danificar esta cavidade subterrânea, quer directamente, quer indirectamente, nomeadamente através de vibrações que provoquem colapsos adicionais nas paredes e tecto da gruta. Além disso, quaisquer danos significativos que venham a ser causados no tecto da gruta durante a fase de escavação irão causar graves problemas de estabilidade aos edifícios actualmente implantados sobre aquela e colocarão em causa a segurança da própria obra;
- 2- deverá ser efectuado um levantamento topográfico detalhado (e.g. escala 1:200) de todo o túnel, desde a abertura actualmente existente até ao seu extremo sul;
- 3- atendendo à profundidade a que se encontra o túnel lávico relativamente ao nível da Rua João do Rego (2,7 a 3,5 m, segundo dados dos S.M.P.D.), deverá ser abandonada a colocação das manilhas à cota actualmente prevista;
- 4- como solução alternativa, deverá ser adoptado um sistema de escoamento a implantar mais próximo da superfície e a cotas a definir em função dos dados topográficos a obter;
- 5- em todas as obras previstas no sector da Rua João do Rego, que interfere directamente com o traçado da gruta, deverão ser minimizadas as vibrações a induzir no terreno, de modo a evitar colapsos nesta estrutura. No decurso das obras deverá ser feita, também, uma monitorização permanente das condições de estabilidade da gruta, verificando-se, por exemplo, a existência de novos colapsos ou a queda de pedras;
- 6- deverá ser construído um acesso à gruta, no local da actual abertura, que poderá ser do tipo "caixa de espera", de modo a permitir a continuação dos trabalhos de investigação previstos e a possibilidade da realização de visitas de carácter científico a esta gruta lávica.

Carta da Terra

Um pouco de história

A Carta da Terra é um movimento mundial concebido na própria criação da Organização das Nações Unidas, em 1945. Embora o seu esboço tenha tomado forma no ano de 1987, num esforço da Comissão Mundial de Meio Ambiente, que recomendava que se definisse os princípios necessários para se caminhar em direcção a um desenvolvimento sustentável, só no ano de 1995, se realiza o primeiro seminário na Holanda sobre a Carta da Terra que criou uma comissão Internacional com um representante simbólico para cada continente. Em 1997, durante a Conferência do Rio de Janeiro, é apresentada o primeiro rascunho que serviu para instigar as discussões nos diferentes rincões do mundo.

Hoje, já estamos na 3ª versão da Carta da Terra, que está a passar por um processo de consulta em todos os continentes. A “última” versão da Carta da Terra será entregue à ONU (Organização da Nações Unidas) em 2002, passando a valer como um documento substitutivo da Declaração dos Direitos Humanos.

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça económica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que, nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

Terra, Nosso Lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos fér-

teis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A protecção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A Situação Global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e é causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios Para o Futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano é primariamente ser mais, e não ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir os nossos impactos no meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Os nossos desafios, ambientais, económicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções.

Responsabilidade Universal

Para realizar estas aspirações devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual a dimensão local e global estão ligadas. Cada um compartilha responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem estar da família humana e do grande mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo presente da vida, e com humildade considerando o lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à emergente comunidade mundial. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas de negócios, governos e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

PRINCÍPIOS

I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.

- a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente do uso humano.
- b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

- a. Aceitar que com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger o direito das pessoas.
- b. Afirmar que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder comporta responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

- a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e dar a cada a oportunidade de realizar seu pleno potencial.
- b. Promover a justiça económica, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir a generosidade e a beleza da Terra para as actuais e as futuras gerações.

- a. Reconhecer que a liberdade de acção de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.
- b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, a longo termo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

Para poder cumprir estes quatro extensos compromissos, é necessário:

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas

ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.

- a. Adoptar planos e regulações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.
- b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.
- c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas em perigo.
- d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.
- e. Manejar o uso de recursos renováveis como a água, solo, produtos florestais e a vida marinha com maneiras que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.
- f. Manejar a extracção e uso de recursos não renováveis como minerais e combustíveis fósseis, de forma que diminua a exaustão e não cause sério dano ambiental.

6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de protecção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, tomar o caminho da prudência.

- a. Orientar acções para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica seja incompleta ou não conclusiva.
- b. Impor o ónus da prova àqueles que afirmam que a actividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.
- c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo termo, indirectas e de longa distância.
- d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioactivas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.
- e. Evitar que actividades militares causem dano ao meio ambiente.

7. Adoptar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.

- a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.
- b. Actuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis como a energia solar e do vento.

- c. Promover o desenvolvimento, a adopção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.
- d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar aos consumidores identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.
- e. Garantir acesso universal ao cuidado da saúde que fomenta a saúde reprodutiva e a reprodução responsável.
- f. Adoptar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e o suficiente material num mundo finito.

8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e uma ampla aplicação do conhecimento adquirido.

- a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
- b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuem para a protecção ambiental e o bem-estar humano.
- c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a protecção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÓMICA

9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social, económico e ambiental.

- a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.
- b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e dar seguro social [médico] e segurança colectiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se a si mesmos.
- c. Reconhecer o ignorado, proteger o vulnerável, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

10. Garantir que as actividades económicas e instituições em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.

- a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro e entre nações.
- b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e aliviar as dívidas internacionais onerosas.
- c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a protecção ambiental e normas laborais progressistas.
- d. Exigir que corporações multinacionais e organizações

financeiras internacionais actuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas actividades.

11. Afirmar a igualdade e a equidade de género como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, ao cuidado da saúde e às oportunidades económicas.



- a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e acabar com toda violência contra elas.
- b. Promover a participação activa das mulheres em todos os aspectos da vida económica, política, civil, social e cultural como parceiros plenos e paritários, decisores, líderes e beneficiários.
- c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a criação amorosa de todos os membros da família.

12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, dando especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

- a. Eliminar a discriminação em todas as formas, como as baseadas na raça, cor, género, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
- b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
- c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os para cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d. Proteger e restaurar lugares notáveis, de significado cultural e espiritual.

IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, a participação inclusiva na tomada de decisões e no acesso à justiça.

- a. Defender o direito a todas as pessoas de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambien-

tais e todos os planos de desenvolvimento e actividades que poderiam afectá-las ou nos quais tivessem interesse.

- b. Apoiar sociedades locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na toma de decisões.
- c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembleia pacífica, de associação e de oposição [ou discordância].
- d. Instituir o acesso efectivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo mediação e rectificação dos danos ambientais e da ameaça de tais danos.
- e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas.
- f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes e designar responsabilidades ambientais a nível governamental onde possam ser cumpridas mais efectivamente.

14. Integrar na educação formal e aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

- a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e a jovens, oportunidades educativas que possibilite contribuir activamente para o desenvolvimento sustentável.
- b. Promover a contribuição das artes e humanidades assim como das ciências na educação sustentável.
- c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massas no sentido de aumentar a conscientização dos desafios ecológicos e sociais.
- d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

- a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e diminuir seus sofrimentos.
- b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento externo, prolongado o evitável.

16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

- a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.
- b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.
- c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não-provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

- d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.
- e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a protecção ambiental e a paz.
- f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações correctas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

O CAMINHO ADIANTE

Como nunca antes na história, o destino comum nos conchama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adoptar e promover os valores e objectivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. A nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objectivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efectiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

Serra Devassa - 1º Percurso Pedestre Sinalizado

No passado dia 23 de Setembro, foi inaugurado o primeiro percurso pedestre sinalizado na ilha de São Miguel. Ao acto, esteve presente o senhor Secretário Regional da Economia, Doutor Duarte Ponte, a Senhora Cremilde Tapia, em representação da Direcção da Kairós, o senhor Delegado de Turismo de São Miguel e diversos membros dos Amigos dos Açores. Na altura o presidente da Direcção dos Amigos dos Açores proferiu uma breve alocução que abaixo se transcreve:

Exmo Senhor
Secretário Regional da Economia

Exma Senhora
Representante da Direcção da Kairós

Caros Amigos

É com grande satisfação que, 15 anos depois de se terem iniciado os passeios pedestres na ilha de São Miguel e sete anos após a edição do primeiro roteiro pedestre da responsabilidade dos Amigos dos Açores, estamos aqui a assinalar a abertura simbólica do primeiro trilho pedestre sinalizado dos Açores.

Ao assinarmos, recentemente, com a Secretaria Regional da Economia, dois contratos programa, um que tem como objectivo principal o estabelecimento de condições para a edição de roteiros pedestres dos Açores bem como de outras acções a realizar relacionadas com os percursos pedestres da ilha de São Miguel, e o outro, em conjunto com a Kairós, cabendo aos Amigos dos Açores apoiar, dirigir e supervisionar a limpeza, manutenção e sinalização de 5 percursos pedestres na ilha de São Miguel, temos consciência que a actividade turística tem impactos negativos sobre o ambiente. Contudo, acreditamos que o fomento do pedestrianismo, o desporto dos que andam a pé, não só facilita o conhecimento e a sensibilização ambientais, mas também incentiva um modelo de actividade turística ligada à protecção ambiental e à criação de condições humanas de trabalho e de vida.



Para minimizar os efeitos negativos do pedestrianismo sobre o ambiente natural deverão ser tomadas diversas medidas, de que destacamos a localização do trilho de modo a evitar a perturbação dos elementos ecológicos mais importantes, o pisoteio das plantas, a erosão do solo. Nas zonas mais sensíveis, como é o caso da Serra Devassa, que está incluída na Paisagem Protegida das Sete Cidades, e noutros locais situados no interior das Áreas Protegidas, a intervenção deverá ser mínima, sendo de evitar grandes arranjos nos trilhos e o corte de espécies da flora endémica. A divulgação de um código de conduta e ética, que deverá ser respeitado por todos os que percorrem a pé as nossas ilhas, é outra das tarefas que não devem ser esquecidas.

Esperamos que a nossa colaboração com a Kairós no âmbito da Kaminhos seja frutuosa e que a experiência agora implementada possa ser alargada no tempo e a outros percursos.

Terminaria, manifestando o nosso apreço pela sensibilidade demonstrada pelo Governo Regional dos Açores, na pessoa do Senhor Secretário Regional da Economia, ao apoiar e incentivar a prossecução do nosso trabalho no âmbito do desenvolvimento do pedestrianismo nos Açores e reafirmar a disposição dos Amigos dos Açores em colaborar com as mais diversas entidades, oficiais ou não, nomeadamente com a Secretaria Regional da Economia, na regulamentação e divulgação desta actividade, bem como na implementação de um futuro "Registo Regional de Percursos Pedestres".

Carta de Montanheiro

A Carta de Montanheiro é o documento oficial que, em Portugal, credencia o praticante de Montanhismo, atribuindo-lhe o estatuto de praticante federado.

Este cartão destina-se a todos os montanhistas que comprovem saber fazer marcha de orientação com carta e bússola ou escalar em primeiro de cordada vias clássicas em rocha com o grau mínimo de dificuldade IV.

A Carta de Montanheiro confere ao seu titular um seguro de acidentes pessoais para a prática da modalidade e também descontos especiais nos eventos do Calendário Nacional de Actividades de Montanha. Para além disto, permite o acesso a 51 Refúgios de Montanha espanhóis nas mesmas condições que os federados na Federação Espanhola de Desportos de Montanha e Escalada (F.E.D.M.E.) e permite participar nas competições do Campeonato Nacional de Escalada de Competição, sendo condição fundamental para fazer parte da Seleção Nacional. Por outro lado, facilita o acesso a zonas condicionadas de algumas áreas naturais protegidas e permite ao seu titular adquirir formação através da Escola Nacional de Montanhismo, se pretender vir a fazer parte dos seus Quadros Técnicos.

Regulamento da Carta de Montanheiro

- 1 - A Carta de Montanheiro (CM) é o documento oficial que em Portugal credencia o praticante de Alpinismo, Montanhismo, Escalada e Pedestrianismo, conferindo-lhe o estatuto de Praticante Desportivo Federado;
- 2 - Destina-se a todos os praticantes que comprovem saber qualquer das modalidades das disciplinas atrás referidas;
- 3 - Obtém-se por intermédio de um clube filiado na FPC que certifica que o praticante possui os requisitos acima descritos, após formação adequada;
- 4 - Emissão: a emissão da Carta de Montanheiro é da responsabilidade da FPC;
- 5 - A Requisição: é feita em impresso próprio a fornecer pela FPC;
- 6 - Responsabilidade
 - a) Do clube ou associações filiadas ao requisitarem as Cartas de Montanheiro - atestam que o praticante requerente preenche os requisitos previstos no nº2, estando apto, ética e tecnicamente, para a sua prática.
 - b) Da Escola Nacional de Montanhismo - Cabe à ENM a fiscalização da passagem da CM para o qual promoverá acções de avaliação;
 - c) Do Montanheiro - O Montanheiro tem que estar disponível para eventual prestação de provas dos seus conhecimentos e desempenhos. Deve valorizar-se frequentando os cursos dos clubes, estágios, etc.
- 7.1 - A Carta de Montanheiro será apreendida, de acordo coma Lei, ao praticante que:
 - a) Na escalada de competição não cumpra os regulamentos das competições, das provas, regulamentos antidoping, de ética desportiva e outros aplicáveis;
 - b) No Alpinismo, Montanhismo e Pedestrianismo não cumpra as normas de conduta e da ética, regulamentos dos espaços protegidos, refúgios de montanha e outros aplicáveis;
 - c) Pela sua conduta desprestige o Movimento Montanheiro, seu clube, a Federação ou Portugal;
- 7.2 - Em qualquer dos casos, será aberto processo disciplinar pelos órgãos federativos competentes.
- 8 - Só os resultados obtidos pelos praticantes federados, portadores da Carta de Montanheiro, contarão para as classificações das

provas oficiais de escalada de competição;

- 9 - Só o praticante federado, portador da CM, poderá fazer parte das selecções ou de expedições nacionais.
- 10 - Só o praticante federado, portador da CM, poderá aceder ao estatuto de Alta Competição;
- 11 - Só o praticante federado, portador da CM, poderá ser candidato a Quadro Técnico da Escola Nacional de Montanhismo;
- 12 - A credenciação dos Quadros Técnicos da ENM só será válida na presença da CM válida;
- 13 - A Carta de Montanheiro só será considerada válida com o selo do ano em curso;
- 14 - A Carta de Montanheiro poderá ser atribuída, a título honorífico a personalidades ou instituições que, pela sua pratica, tenham contribuído para o desenvolvimento e prestígio das actividades a que se refere.

Acidentes Pessoais - Desporto, Cultura e Recreio **Apólice - 220-10864**

1- Pessoas Seguras

Os portadores de Carta de Montanheiro, emitida pela Federação Portuguesa de Campismo, após formação adequada, ficam habilitados para a prática de:

- Montanhismo,
- Alpinismo,
- Pedestrianismo,
- Descida de Cascatas,
- Escalada Clássica,
- Escalada desportiva e de Competição.

2- Riscos Cobertos

Os acidentes ocorridos durante a prática de qualquer das actividades acima referidas, em qualquer parte do Mundo.



Ficam ainda cobertos os acidentes ocorridos quando em deslocação de e para as actividades acima referidas, desde que em viatura própria.

3- Coberturas e Capitais

Cobertura	Capitais
Morte ou invalidez permanente (1)....	5.000.000\$00
Despesas de tratamento (2).....	1.000.000\$00
Despesas de Resgate (inclui meios aéreos) (3).....	3.000.000\$00

(1)Na cobertura invalidez permanente só fica garantida a invalidez de grau superior a 10%, contudo, a invalidez de grau superior a 66% é equiparada a 100%;

(2)Franquia: 15% do valor do sinistro, no mínimo 15.000\$00;

(3)Por despesas de resgate entendem-se as despesas com o salvamento através de quaisquer meios, incluindo os aéreos, de montanheiros em dificuldades.

Requisitos para a aquisição da Carta de Montanheiro

- 1- Ser membro dos Amigos dos Açores ou de outro organismo membro da Federação
- 2- A carta de Montanheiro custa 3000\$00. Para menores de 16 anos, 1000\$00.

AMIGOS DOS AÇORES ASSOCIAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

Despacho

A “Amigos dos Açores/Associação Ecológica”, fundada em 2 de Dezembro de 1987, com sede na Avenida da Paz, nº 14, Junta de Freguesia do Pico da Pedra, concelho da Ribeira Grande, tem desenvolvido ao longo da sua existência uma acção meritória em prol dos seus associados e da comunidade em geral;

A “Amigos dos Açores/Associação Ecológica” tem tido em vista a promoção do interesse público, através da valorização da qualidade do serviço prestado à comunidade pelos seus associados;

Considerando que a Associação em causa tem actuado com a consciência da sua Utilidade Pública, demonstrando que se dedica ao bem comum da comunidade;

Obtidos os pareceres favoráveis dos Secretários Regionais Adjunto da Presidência e do Ambiente, e tendo em conta que a “Amigos dos Açores/Associação

Ecológica” se enquadra no disposto no número 1 do artigo 1º, no artigo 2º, e no número 2 do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de Novembro.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 52/80, de 26 de Março, conjugados com o nº 4 do artigo 4º do Decreto Legislativo Regional nº 29-A/96/A, de 3 de Dezembro, determino o seguinte:

1. Declarar de utilidade pública a “Amigos dos Açores/Associação Ecológica”, com sede na Avenida da Paz, nº 14, Junta de Freguesia do Pico da Pedra, concelho da Ribeira Grande.
2. O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Governo Regional, Ponta Delgada, 21 de Junho de 2000.



Protocolo

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA) e Amigos dos Açores celebram Protocolo de Cooperação

No passado dia 14-09-2000, pelas 10h00, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores e a Associação «Amigos dos Açores - Associação Ecológica», reconhecendo-se o importante papel de defesa do património natural e do conhecimento da riqueza natural e paisagística dos Açores que os «Amigos dos Açores» têm sido promotores, e a possibilidade do enriquecimento de ambas as instituições através de parcerias que visem o incremento de acções de promoção ambiental.

Assim, a partir daquela data, e fruto deste Protocolo, os sócios do Sindicato Demo-

crático dos Professores dos Açores podem participar e frequentar as actividades dos «Amigos dos Açores», nas mesmas condições que os seus associados.

Aproveitando o momento, realçando a importância do trabalho desenvolvido pelos «Amigos dos Açores» e a validade desta parceria para os associados do SDPA, o Sindicato constituiu-se formalmente como sócio institucional dos «Amigos dos Açores», marcando assim uma nova fase do relacionamento entre ambas as instituições, que se pretende cada vez mais próximo e próspero.

Passeios Pedestres para 2001

Data	Hora	Ponto de Encontro	Local a Visitar
6 Jan.	9:30	Igreja de Água de Pau	Água de Pau
3 Fev.	9:30	Teatro da R.Grande	Volta à Lagoa das Furnas
10 Mar.	9:30	Central de Autocarros de Vila Franca do Campo	Sr ^a daPaz-R.Seca-Quebradas
25Abr.	9:30	Escola Sec. Domingos Rebelo	Cumeeiras das Sete Cidades
19 Mai.	9:30	Teatro da R.Grande	Lombadas-Pico da Vela-Monte Escuro-Lombadas
2 Jun.	9:30	Esc.Sec. Domingos Rebelo	Lagoa Congro - Gorreana
21 Jul.	9:30	Escola Domingos Rebelo	Ginetes- Mosteiros
4 Ago.	9:30	Teatro da R.Grande	Ponta da Madrugada- Pedreira
18Ago.	9:30	Praia de Água d'Alto	4 Fábricas da Luz
8 Set.	9:30	Teatro da R.Grande	Pico Bartolomeu
5 Out.	9:30	Teatro da R.Grande	Pedreira- Cinzeiro
3 Nov.	9:30	Sede dos Amigos dos Açores	Bretanha- Mosteiros
8 Dez.	9:30	Teatro da R.Grande	Sanguinho- Salto do Prego

Os percursos pedestres organizados pelos Amigos dos Açores destinam-se aos seus associados e a membros de associações juvenis, desde que a sua presença seja solicitada pela respectiva associação. A Associação Amigos dos Açores não se responsabiliza por qualquer anomalia (acidente, doença, etc.) que possa ocorrer nas actividades que promove e aconselha vivamente a que cada participante efectue um seguro que cubra qualquer acidente pessoal que possa ocorrer.

Clube do Ambiente da Escola Gaspar Frutuoso

No dia 1 de Fevereiro de 2000, iniciaram-se actividades do Clube do Ambiente da Escola E. B. 2,3 Gaspar Frutuoso.

O Clube funcionou desde essa data, duas vezes por semana (terças e quartas feiras) com dois grupos distintos.

De início, foram planificadas quatro actividades para desenvolver durante o ano lectivo:

- criação do cartão de sócio;
- divulgação de notícias sobre o ambiente natural e urbano;
- recolha de papel para reciclar;
- melhoramento de espaços da escola.

A primeira actividade planificada consistiu na escolha do cartão que identificasse os membros do clube. Foi através da discussão entre o grupo e depois de se ponderar sobre as várias propostas que se chegou ao actual cartão de sócio. Ainda dentro desta actividade estabeleceu-se o valor da quota mensal a pagar dentro do clube. Dentro de cada grupo (das terças feiras e das quarta feiras) foram eleitos os tesoureiros.

A divulgação de notícias sobre o ambiente natural e urbano foi uma actividade que se prolongou ao longo do ano. As notícias divulgadas foram recolhidas tanto por elementos do clube como por outros alunos da escola que ocasionalmente entregaram essas notícias aos seus professores de Ciências da Natureza. Sempre que as notícias não chegavam por essa fonte, alguns membros do clube eram destacados para recolherem algumas nos jornais que se encontravam na biblioteca da escola e, em seguida, eram seleccionadas pelos restantes membros do grupo.

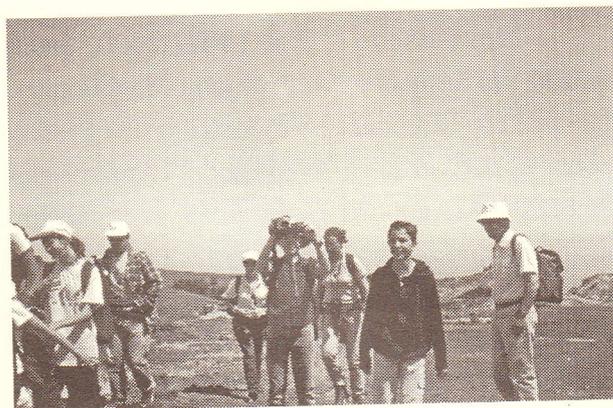
As notícias seleccionadas foram afixadas num placar destinado a esse fim, no corredor do primeiro bloco da escola.

Quanto à recolha de papel para reciclar, foram criados caixotes para a recolha de papel na escola. Com esta actividade, reutilizamos as caixas de papelão que transportam as folhas de papel para fotocópias da escola.

Os caixotes foram distribuídos por algumas salas de aulas e juntamente foi afixada em cada sala uma folha na qual o Pimpo e a Pimpa (mascotes da campanha de Higiene da escola) alertavam para a necessidade de reciclar papel.

A finalidade desta actividade era recolher papel, para mais tarde, a Câmara Municipal da Ribeira Grande recolhê-lo este papel e enviá-lo para o Continente com o objectivo de ser reciclado.

Ainda dentro da campanha de higiene, foram feitos pedidos à Câmara Municipal da Ribeira Grande e à empresa de construção para fornecerem à escola recipientes para colocar o lixo, nos espaços ao ar livre.



Dentro do clube foi discutida a necessidade desses recipientes serem de um material resistente para que não se degradassem num curto espaço de tempo.

O pedido à Câmara Municipal foi bem sucedido e os depósitos de cimento foram fornecidos.

Esta actividade não foi concluída porque a intenção era decorar esses depósitos com as mascotes da campanha de higiene, mas é necessário dividir cada recipiente em dois, visto terem grandes dimensões e fixá-los ao solo.

Em sequência de uma sessão de esclarecimento sobre reciclar e reutilizar (área escola da turma 5º K) e por estar directamente ligada à campanha de higiene, foi discutido o tema dentro do clube.

Em virtude das comemorações do Dia Mundial da Floresta, foram elaborados alguns cartazes, que foram afixados no corredor do primeiro bloco da escola.

No dia 3 de Junho o Clube do Ambiente, com a colaboração dos Amigos dos Açores realizou um Passeio Pedestre desde o Monte Escuro até à Praia de Água d'Alto. Este passeio teve como colaboração na sua organização a professora Manuela Livro e como professores acompanhantes: o professor Luís Noronha, a professora Manuela Livro, o professor Paulo Luz, a professora Sandra Boleta e a professora Sandra Rodrigues.

Este passeio teve como objectivos: conhecer o percurso pedestre Monte Escuro/Praia de Água d'Alto, tomar contacto com a natureza seguir normas de protecção da Natureza e adquirir hábitos sadios de convívio.

Deste passeio resultou um filme de vídeo e um álbum de fotografias com a reportagem passo a passo de todo o percurso. Estes produtos foram expostos na exposição final de trabalhos realizados pelos alunos, ao longo do ano, nas disciplinas de ciências da natureza e físico-química.

A coordenadora do Clube do Ambiente

Novos Sócios

Os **AMIGOS DOS AÇORES** são uma associação regional de defesa do ambiente, independente do poder político-económico e apartidária, que vem, desde 1985, trabalhando ininterruptamente a favor da conservação da maior riqueza dos Açores: o seu património natural.

Mas uma associação como esta, para desempenhar ainda melhor o seu papel, tem de continuar a aumentar a sua principal base de apoio: os seus associados.

Porque é fundamental contribuir para a garantia da existência de uma voz independente e firme na defesa do ambiente nos Açores, vimos convidá-lo(a) a aderir aos Amigos dos Açores, para tal basta preencher a ficha que junto enviamos e devolvê-la para:

AMIGOS DOS AÇORES
Associação Ecológica
Apartado 29
9500 PONTA DELGADA

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

SÓCIO Nº _____ QUOTA ANUAL _____ \$ _____
NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____ CÓDIGO POSTAL _____
TELEFONE _____ PROFISSÃO _____
DATA DE NASCIMENTO ____/____/_____
TIPO DE COLABORAÇÃO _____
DATA ____/____/____ ASSINATURA _____

AO BANCO _____
Agência de _____
_____, ____ de _____ de _____

Exmos.Senhores,

Por débito na minha conta com o NIB _____ nesse Banco, solicito que transfiram para crédito da conta dos **AMIGOS DOS AÇORES** com o NIB 001200009399438830116 (Agência de Ponta Delgada do **BANCO COMERCIAL DOS AÇORES**), a importância de _____ \$ _____, no primeiro dia útil de _____ de cada ano, até instruções minhas em contrário. Agradeço ainda que, ao efectuarem as transferências, indiquem sempre o nome completo e morada do ordenante. Esta ordem anula todas as eventuais anteriores.

De V.Exas.
Muito Atentamente

(nome completo)

(assinatura idêntica à existente no Banco)

